

Livro de António José Seguro foi apresentado no Casino

“A Reforma do Parlamento Português” que permitiu controlar o governo

MAURO CORREIA

ARLETE SILVA

■ “A Reforma do Parlamento Português” é o novo livro de António José Seguro que resulta de uma adaptação da dissertação de mestrado que defendeu no ISCTE. Trata-se de uma investigação científica para medir a aplicação da reforma que foi aprovada pelo parlamento em 2007, numa das funções mais importantes, que é o controlo do governo, conforme explicou o próprio na apresentação que decorreu no Casino.

Uma «reforma relevante» porque «se o princípio democrático é de que não pode haver governo em democracia sem controlo, o facto é que só a partir de 2007 é que isso passou a acontecer», frisou o socialista, lembrando a situação que aparentava «perversão» aquando das maiorias absolutas, em que o primeiro-ministro é o líder da maioria. Portanto, «colocava-se a questão se essa maioria era capaz de se controlar a si própria?».

A partir da reforma de 2007, «atribuíram-se direitos potestativos a oposições mesmo quando em minoria».

António José Seguro deu exemplos de situações que demonstravam hábitos que «não eram muito democráticos» e passaram a ser alterados. Prazos de respostas, possibilidade de chamar um membro do governo à comissão, são algumas das medidas concretas trazidas pela reforma.

Em suma, salientou António José Seguro, «em Portugal, o poder de controlo dos governos é das minorias e esse poder está regulado num instrumento que se chama regimento e, ao contrário, da Constituição, esse regimento pode ser mudado por simples maioria, o que quer dizer que é preciso consciência dos democratas para que se al-



gum dia, espero que não aconteça, alguma maioria conjuntural tiver o apetite de ir reverter esta situação o não faça, porque é uma mudança importante e profunda. Há necessidade de haver um controlo político dos atos do governo, seja ele qual for».

O livro, sob a chancela da Quetzal Editores, foi apresentado por Francisco José Viegas, que realçou como esta reforma foi «fundamental» na nossa democracia. «A partir desta reforma que passou a ser possível ouvir mais as minorias, a oposição e fazer responder os governos no parlamento».

O tema suscitou várias questões, designadamente se a reforma não parte de um pressuposto de que há falta de cultura democrática. Ora, António José Seguro lembra que

não faltam exemplos de déspotas: «sou defensor das maiorias, mas com controlo e não das que degeneram. Quanto maior poder, maior tentação de degenerar...».

Levantaram-se também outras reflexões mais abrangentes sobre a necessidade da avaliação das leis, a possibilidade de exclusividade dos deputados, sobre o funcionamento dos partidos ou até acerca da corresponsabilização do cidadão nas escolhas do deputado, possibilitando que a força da escolha do eleitor obrigasse à reordenação da lista apresentada pelo partido.

Entre os muitos presentes (um público maioritariamente socialista), o presidente da câmara municipal saudou o retorno de António José Seguro à vida pública e salientou o contributo desta reforma para a democracia.